



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
22ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: **26/03/2012**
Hora: **14h30**
Local: **SAUS, Q. 1, Bl. H, Edifício Telemundi II - Auditório Térreo – Brasília/DF**

I - ENTIDADES INTEGRANTES DO CONSELHO

1 - Ministério das Cidades - MCIDADES:

Aguinaldo Ribeiro – Ministro de Estado das Cidades - Presidente do Conselho

Inês da Silva Magalhães – Secretária Nacional Habitação - Vice-Presidente do Conselho

Júnia Maria Barroso Santa Rosa – Secretária Nacional de Habitação - Substituta

2 – Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT:

Kelson Vieira Senra – Titular



Alexander Celestino de Barros - Suplente

3 – Ministério da Cultura - MinC:

Weber Sutti - Titular

Elder Vieira - Suplente

4 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:

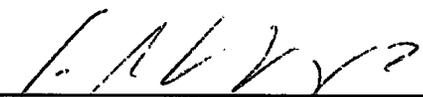
João Marcos Assis da Silva - Titular

Maria Thereza Cesarino Trevas - Suplente

5 – Ministério da Fazenda - MF:

Juraci Campos de Lima Rangel - Titular





Ézio de Luna Freire Jr. - Suplente

6 – Ministério da Integração Nacional - MI:



Frederico Guilherme Livino de Carvalho - Titular

Antônio Roberto Albuquerque Silva - Suplente

7 – Ministério do Meio Ambiente - MMA:

Nabil Georges Bonduki - Titular

Joisa Maria Barroso Loureiro - Suplente

8 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP:

Célia Corrêa - Titular



Eduardo Bassani

Eduardo Neves Franca Bassani - Suplente

9 – Ministério da Saúde - MS:

Juliana de Senzi Zancul - Titular

Débora Carvalho Diniz - Suplente

10 – Ministério do Trabalho e Emprego - MTE:

Paulo Eduardo Cabral Furtado

Paulo Eduardo Cabral Furtado - Titular

Antônio Góis de Oliveira - Suplente

11 – Caixa Econômica Federal - CEF:

Deusdina dos Reis Pereira

Deusdina dos Reis Pereira - Titular



Jucemar José Imperatori - Suplente

12 – Central de Movimentos Populares – CMP:

Saulo Manoel da Silveira - Titular

VAGO - Suplente

13 – Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM:

Wilson Valério da Rosa Lopes - Titular

Ênio Nonato de Oliveira - Suplente

14 – Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM:

Sílvio José Gonçalves - Titular



Elizeth Cristina Vieira Costa - Suplente

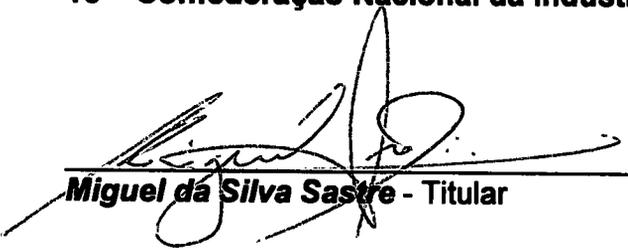
15 – União Nacional por Moradia Popular – UNMP:



Alcir Ferreira de Matos - Titular

Evaniza Lopes Rodrigues - Suplente

16 – Confederação Nacional da Indústria – CNI:



Miguel da Silva Sastre - Titular

Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves - Suplente

17 – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC:

Ioav Blanche – Titular



Hélder José Ferreira Paiva - Suplente

18 – Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF:

Filipe Ferrez Pontual Machado - Titular

Nylton Velloso Filho - Suplente

19 – Central Única dos Trabalhadores – CUT:



Domingos Oliveira Davide – Titular

Antonio de Lisboa Amâncio Vale - Suplente

20 – Federação Nacional dos Engenheiros - FNE:



Thereza Neumann Santos de Freitas – Titular



Valter Fanini – Suplente

21 – Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA:


Sammya Cury Dias Regiani - Titular

Jair Pedro Ferreira - Suplente

22 – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR:

VAGO – Titular

VAGO - Suplente



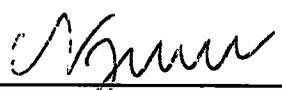
23 - Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião - FBR:

Ricardo de Gouvêa Corrêa - Titular

Teresa Hilda Bezerra de Souza Costa – Suplente

II - ENTIDADES CONVIDADAS

1) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL



Nelson/Nicolau Szwec
Confederação Nacional de Municípios - CNM

Vanessa Aguiar

2) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL

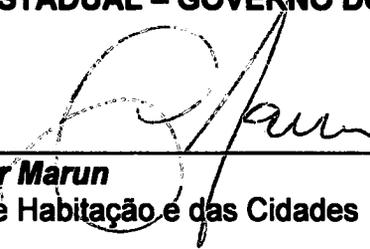
Marco Antônio Alves Jorge
Frente Nacional de Vereadores pela Reforma Urbana – FRENAVRU

3) SETOR PÚBLICO ESTADUAL – GOVERNO DO ESTADO RN

Rosa de Fátima Soares de Souza
CARGO:



4) SETOR PÚBLICO ESTADUAL – GOVERNO DO ESTADO MS



Carlos Eduardo Xavier Marun
Secretário de Estado de Habitação e das Cidades

*Junta-se ao proc.
nº 80000.004347/2012-11.*


Nelson Teixeira da Silva $\frac{26}{03}$
Gerente de Projetos
Secretaria Nacional de Habitação
Ministério das Cidades $\frac{12}{12}$



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 26/03/2012

1
2

3 Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às catorze horas e trinta
4 minutos, no auditório do Ministério das Cidades, localizado no SAUS, Q. 1, Edifício
5 Telemundi II, Auditório Térreo, Brasília/DF, sob a presidência da Sra. **Júnia Maria Barroso**,
6 Secretária Nacional de Habitação, Substituta e na presença dos seguintes Conselheiros: **Ézio**
7 **de Luna Freire Jr.** (Ministério da Fazenda - MF); **Frederico Guilherme Livino de**
8 **Carvalho** (Ministério da Integração Nacional - MI); **Eduardo Neves Franca Bassani**
9 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP); **Paulo Eduardo Cabral Furtado**
10 (Ministério do Trabalho e Emprego - MTE); **Deusdina dos Reis Pereira** (Caixa Econômica
11 Federal - CEF); **Saulo Manoel da Silveira** (Central de Movimentos Populares - CMP); **Ênio**
12 **Nonato de Oliveira** (Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM);
13 **Sílvio José Gonçalves**, (Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM); **Alcir**
14 **Ferreira de Matos** (União Nacional por Moradia Popular - UNMP); **Miguel da Silva**
15 **Sastre**, (Confederação Nacional da Indústria - CNI); **Domingos de Oliveira Davide** (Central
16 Única dos Trabalhadores - CUT); **Thereza Neumann Santos de Freitas** (Federação
17 Nacional dos Engenheiros - FNE); **Sammya Cury Dias Regiani** (Federação Nacional de
18 Arquitetos e Urbanistas - FNA); e contando ainda com a presença dos seguintes convidados:
19 **Sr. Nelson Nicolau Szwec** (Confederação Nacional de Municípios - CMN); e **Sr. Carlos**
20 **Eduardo Xavier Marun** (Governo do Estado de Mato Grosso do Sul - Gov.MS), teve início
21 a 22ª (vigésima segunda) Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Nacional de
22 Habitação de Interesse Social - FNHIS, secretariada pelo Sr. **Nelson Teixeira da Silva**,
23 servidor da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades - SNH, destinada a
24 apreciar a seguinte pauta: **I - ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: 1) Ata da 21ª Reunião**
25 **Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS**, realizada em 6 de dezembro de 2011; e 2) **Voto**
26 **nº 001/2012/SNH/MCIDADES**, de 9 de março de 2012, que submete a apreciação do
27 Conselho Gestor, as contas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS,
28 referentes ao exercício de 2011, na forma do Relatório de Gestão, a ser apresentado ao
29 Tribunal de Contas da União. Após verificação do quorum regimental, a Sra. **Presidenta**

30 cumprimentou a todos os presentes e deu início aos trabalhos do dia, passando a palavra ao
31 **Sr. Nelson Teixeira da Silva (SNH). I - ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: 1) Ata da**
32 **21ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 6 de dezembro de**
33 **2011. O Sr. Nelson Teixeira (SNH) colocou em apreciação a ata da 21ª (vigésima primeira)**
34 **Reunião Ordinária do Conselho Gestor, realizada em 6 de dezembro de 2011. A Sra.**
35 **Conselheira Sammya Cury (FNA) solicitou fazer a correção no ano da referida ata, pois nela**
36 **constava a data de 2012, sendo que a mesma fora realizada no ano de 2011. Dispensada sua**
37 **leitura, a ata foi submetida aos Senhores Conselheiros, em regime de votação, sendo aprovada**
38 **com a retificação apontada pela Sra. Conselheira Sammya Cury, e registrada apenas a**
39 **abstenção do Sr. Conselheiro representante do Ministério da Fazenda, Ézio de Luna Freire**
40 **Jr., justificada pela sua ausência na reunião anterior. - 2) Voto nº**
41 **001/2012/SNH/MCIDADES, de 9 de março de 2012, que submete a apreciação do**
42 **Conselho Gestor, as contas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social -**
43 **FNHIS, referentes ao exercício de 2011, na forma do Relatório de Gestão, a ser**
44 **apresentado ao Tribunal de Contas da União – Solicitado pela Sra. Presidenta, o Sr.**
45 **Nelson Teixeira (SNH) passou então para o segundo ponto de pauta, explicando que**
46 **conforme anos anteriores estava sendo submetido nesta reunião para apreciação e votação, o**
47 **relatório de gestão do FNHIS, sendo ele, um dos elementos, senão o mais importante, que**
48 **compõe o processo de contas anual. A exemplo dos anos anteriores, o TCU estabeleceu os**
49 **mesmos prazos para apresentação do relatório de gestão, ou seja 31 de março, e do processo**
50 **de contas completo. Ele informou ainda que, para relatar o Voto, contaria com a colaboração**
51 **da equipe da área de Gestão Financeira da SNH, composta pelos servidores Marcos Chagas**
52 **Gomes e Monique Toledo Salgado. O Sr. Marcos Chagas Gomes (SNH) saudou a todos os**
53 **presentes e informou que a apresentação estava bem sucinta, ou seja, quase que um roteiro**
54 **dos principais pontos e que quem tivesse alguma dúvida, algum comentário, ele estava pronto**
55 **a esclarecer. Feitas essas considerações iniciais, passou à apresentação. Explicou que o**
56 **relatório foi feito nos moldes determinados pelo TCU. O programa 1128 trata da ação de**
57 **Urbanização de Assentamentos Precários, dessa forma, o resumo a ser apresentado teria a**
58 **visão da primeira etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1), que contempla**
59 **353 (trezentas e cinquenta e três) operações contratadas, totalizando, o valor de R\$**
60 **2.800.000.000,00 (dois bilhões e oitocentos milhões de reais). No exercício de 2011, foram**
61 **feitos 31 (trinta e um) cancelamentos, que perfazem R\$ 168.000.000,00 (cento e sessenta e**
62 **oito milhões de reais), assim sendo, existem 307 (trezentos e sete) contratos ativos, que**
63 **totalizam o valor de R\$ 2.595.000,00 (dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil reais).**



64 Detalhou o extrato das obras, assim como os projetos de urbanização no âmbito da segunda
65 etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Apresentou detalhadamente os
66 projetos e valores do grupo de municípios três; o gráfico demonstrativo que evidencia as 50
67 (cinquenta) obras paralisadas, 15 (quinze) concluídas, 19 (dezenove) não iniciadas e 49
68 (quarenta e nove) em ritmo normal; nenhuma obra iniciada sem medição e 21 (vinte e uma)
69 canceladas e destruídas. Passou em seguida ao Grupo 10S6 das emendas, apresentando 32
70 (trinta e dois) contratos não classificados como PAC. Por sua vez, na Ação 10 SJ do PAC 1,
71 referente ao Programa de Habitação de Interesse Social, existem 2053 (dois mil e cinquenta e
72 três) contratos, que totalizam R\$ 1.360.000.000,00 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões
73 de reais). Foram realizados 681 (seiscentos e oitenta e um) cancelamentos, dos quais 271
74 (duzentos e setenta e um) no exercício em curso. São 1.372 (um mil, trezentos e dois)
75 contratos ativos, que correspondem a R\$ 1.092.000.000,00 (um bilhão e noventa e dois
76 milhões de reais). Destacou os 131 (cento e trinta e um) contratos de início efetivo e 147
77 (cento e quarenta e sete) concluídos no exercício, que corresponde a R\$ 86.000.000,00
78 (oitenta e seis milhões de reais). Os contratos de emenda totalizam 344 (trezentos e quarenta e
79 quatro) e são classificados como não PAC. Existem ainda 104 (cento e quatro) obras em ritmo
80 normal, 62 (sessenta e duas) atrasadas, 33 (trinta e três) concluídas, 73 (setenta e três)
81 canceladas, 34 (trinta e quatro) paralisadas no exercício. No âmbito da capacitação, foi
82 realizado o treinamento para técnico dos governos estaduais, com objetivo de capacitar os
83 entes e criar uma rede multiplicadora de conhecimento. Enfatizou também a realização do
84 EAD, o ensino a distância, com parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina,
85 voltada aos gestores públicos e agentes sociais, que estão diretamente envolvidos na
86 elaboração do plano local de habitação de interesse social. Na execução dos planos, existem
87 482 (quatrocentos e oitenta e dois) contratos finalizados, sendo que ainda existem 371
88 (trezentos e setenta e um) não iniciados. O Sr. Marcos Chagas (SNH) referiu-se também ao
89 remanejamento de R\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais) para a ação de
90 urbanização de favelas. Em seguida, o Sr. Nelson Teixeira (SNH) solicitou que fosse
91 distribuída aos Srs. Conselheiros, uma errata do Relatório de Gestão e solicitou que a Sra.
92 Monique Toledo e o Sr. Marcos Chagas detalhassem a mesma. A Sra. Monique Toledo
93 (SNH) disse que no item 2.5, indicadores institucionais, foram feitos alguns ajustes no texto,
94 nada significativo, no entanto. O Sr. Marcos Chagas (SNH) complementou que os dados
95 referem-se apenas a contratos inseridos no PAC, logo não estão incluídos no volume de
96 emendas mencionadas por ele na sua apresentação. Destacou apenas o FNHIS, nas ações do
97 Programa “Minha Casa Minha Vida”. Ele expôs ainda todos os demais detalhes da errata.

98 Concluída a apresentação, foi aberta a palavra para considerações dos presentes. O Sr. Carlos
99 Marun (Gov.MS) fez uso da palavra para tecer considerações acerca do andamento do
100 PAC/Urbanização, especialmente no que se refere aos municípios integrantes do chamado
101 “Grupo 3”, que foi elaborado e concebido para trabalhar municípios com população inferior a
102 cinquenta mil habitantes. Em seguida, ele fez o seguinte pronunciamento: “Foram feitos os
103 projetos no ano de 2010, foram submetidos a uma ampla seleção”. Em dezembro de 2010 foi
104 divulgada a seleção desses projetos com a particularidade de recursos da AGU e do “Minha
105 Casa Minha Vida”, ou seja, a questão de estrutura, tanto social quanto física. As construções
106 das habitações se fazem no âmbito do “Minha Casa Minha Vida”. Em 7 de julho de 2011 foi
107 divulgada uma portaria estabelecendo os valores do “Minha Casa Minha Vida”, para os
108 municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Nesta portaria, na fase de transição,
109 esses valores se dividiram em 2 grupos, quais seja em capital respectivo a região
110 metropolitana e no segundo momento, demais municípios, assim sendo, não havia uma
111 terceira divisão, que eram os municípios abaixo de 50 mil habitantes. Nessa portaria
112 estabelecia como valor teto para os demais municípios, efetuada a capital e sua respectiva
113 região metropolitana, estabelecia alguns valores. Por exemplo, no meu estado, 45 mil reais.
114 Essa portaria, em julho, quando se estava chegando ao momento da contratação,
115 estabelecendo os valores finais, buscando as contrapartidas para as contratações que
116 aconteceram em outubro de 2011, contratação da parte inicial do PAC, ao que se somaria o
117 “Minha Casa Minha Vida”. Foi baseado nesses valores que nós estabelecemos nossas
118 condições de contrapartida, nesse valor de 45 mil reais, constante nessa portaria 325, de 7 de
119 julho de 2011. Em 3 de outubro de 2011, na portaria 465, são estabelecidos novos valores,
120 nesse momento, inclusive, foi elevando em 2 mil reais o teto, praticamente 2 mil reais o teto
121 da transição, para todos os municípios. Nesse momento, se cria na transição essa modalidade
122 de municípios entre 20 e 50 mil habitantes, se estabelece ali um valor entre 30 e 42 mil reais.
123 Ora, nós estávamos diversos estados e municípios, inclusive, havia uma data limite para que
124 essas contratações acontecessem. Já aos 45 minutos do 2º tempo, o valor foi reduzido em 3
125 mil reais para esses municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Isso tudo está
126 caindo na contrapartida e tem dificultado a contratação. Eu acredito que em termos de
127 contratação final desse mix do “Minha Casa Minha Vida”, nós devemos ter poucas
128 contratações, até porque no nosso estado do Mato Grosso do Sul, aonde existe disposição de
129 investirmos recursos, estamos colocando recursos e não estamos conseguindo contratar. Eu
130 penso que especificamente que para esse caso, do PAC 2, fora uma discussão que eu entendo
131 que deva haver em relação a todos os valores, mas especificamente ao PAC 2, deveria haver

132 uma reavaliação do disposto nessa portaria e ter, a construção dos imóveis deveria ser
133 contratada com base nos valores previstos na portaria anterior. Repito, a portaria 325, de 7
134 de julho de 2011. Então, essa é a colocação, já que esse Conselho de Habitação tem a ver
135 com tudo isso. Nós estamos com essa dificuldade e eu quero deixar registrado em ata. Um
136 pleito em relação a isso, mas basicamente é isso que nos preocupou que houve e os princípios
137 é que só retroagem, as questões que devem retroagir em favor do réu, jamais em desfavor.
138 Isso é um princípio básico do direito. Na verdade, as leis retroagem em desfavor daqueles
139 que estão contratando. Essa consideração que eu queria que ficasse registrada, porque nós
140 vamos tentar fazer com que isso se restabeleça". Sobre a manifestação do Sr. Carlos Marun
141 (Gov.MS), o Sr. Nelson Teixeira (SNH) esclareceu que as Portarias dos limites de aquisição
142 não fazem parte do escopo deste Conselho, entretanto, afirmou que o pronunciamento seria
143 registrado e levado ao conhecimento das instâncias técnicas da Secretaria Nacional de
144 Habitação. O Sr. Paulo Eduardo (MTE) perguntou como estava o julgamento das contas
145 anteriores no TCU, sendo esclarecido pelo Sr. Nelson Teixeira (SNH) que informou que as
146 contas ainda não haviam sido julgadas. O Sr. Paulo Eduardo (MTE) observou que no quadro
147 apresentado, na página 17, havia um pouco mais de 20% (vinte por cento) de contratos
148 cancelados, ou seja, 31 (trinta e um) contratos, questionando, em seguida a causa dos aludidos
149 cancelamentos e sobre a possibilidade de reversão dos mesmos. O Sr. Marcos Chagas (SNH)
150 esclareceu que os cancelamentos são reflexos de operações que vinham se arrastando sem
151 início efetivo e que se tornaram inexecutáveis, tecnicamente ou financeiramente, em função do
152 tempo transcorrido desde sua contratação. O Sr. Marcos Chagas Gomes (SNH) esclareceu
153 ainda que, no decorrer de 2011, foram publicadas algumas Portarias prorrogando o prazo para
154 cumprimento de cláusulas suspensivas, entretanto, os entes federados que não conseguiram
155 resolver as pendências que envolviam as cláusulas suspensiva tiveram seus contratos
156 cancelados. O Conselheiro Saulo Manoel da Silveira (CMP) comentou que, com referência
157 aos cancelamentos, tem escutado, através da Caixa Econômica Federal, que o FNHIS é um
158 recurso muito difícil de ser acessado, com o quê ele concorda, na medida em que existe muita
159 burocracia, motivo pelo qual se o município não contar como uma boa assessoria, ele não
160 consegue acessar os recursos do FNHIS. A Sra. Presidenta afirmou entender a aflição dos
161 Srs. Conselheiros em relação a esse tema, e deixou registrado que essas aflições também
162 fazem parte da Presidência desse Colegiado, não só no âmbito do FNHIS, mas também com
163 relação aos recursos do PAC 2, que ainda estão aguardando definição para novas chamadas
164 públicas. A Sra. Thereza Neuman (FNE) fez uso da palavra para propor que seja dada uma
165 oportunidade de apresentação para FNE, e que nessa apresentação fossem abordados os

166 seguintes itens: cronologia da entrada do processo no Ministério das Cidades e na Caixa
167 Econômica Federal; e os entraves, os problemas, as soluções encontradas, e as viabilidades
168 que foram negociadas. Ela complementou ainda, que a responsabilidade é de todos os
169 envolvidos nesse processo e não apenas da Secretaria Nacional de Habitação. Ela foi
170 categórica ao afirmar que “alguma coisa tem que ser feita” e, não basta só vir às reuniões do
171 Conselho e ouvir as diversas reclamações sobre as ações que não estão dando resultados. Em
172 seguida, ela leu, de maneira sucinta, o objetivo do Fundo Nacional de Habitação de Interesse
173 Social. Ela disse enfaticamente que se sentia inútil participando do Conselho Gestor por não
174 conseguir visualizar os resultados, motivo pelo qual ela conclamava a todos a estudar,
175 discutir, analisar, e, assim, chegar à conclusão adequada, se o FNHIS é de fato inacessível ou
176 é viável. Com a devida aquiescência da Sra. **Presidenta**, o Sr. **Nelson Teixeira (SNH)** disse
177 que, desde já, haveria o comprometimento de abordar o tema levantado pela Sra.
178 **Conselheira Thereza Neumann (FNE)** em uma próxima reunião. Retomando a palavra, a
179 **Sra. Presidenta** discorreu sobre a questão do acesso aos recursos do FNHIS. Afirmou que o
180 FNHIS possui regramentos simplificados. Todavia, a grande questão reside na complexidade
181 do tipo de elemento com que se trabalha, ou seja, favela e urbanização, que requerem um
182 tempo maior e aumentam o grau de complexidade dos projetos. O cancelamento da grande
183 maioria dos projetos foi em função dos entes federados não conseguirem sanar suas
184 pendências, na grande maioria técnicas. Em relação ao conjunto de outros programas que são
185 ofertados, o nível de complexidade normativa é igual, isto é, a documentação exigida e a
186 regularidade fiscal. Ela manifestou-se favorável a ter um momento específico no Conselho
187 Gestor para tratar, em detalhes, esse tema e complementou que a Secretaria Nacional de
188 Habitação já vem tentando minimizar esses impactos, principalmente no último processo de
189 seleção, onde foi colocada a apresentação dos projetos para uma avaliação prévia. A Sra.
190 **Presidente** relatou ainda que fosse feito um trabalho, há cerca de um ano atrás, envolvendo as
191 demais áreas do Ministério da Cidades, objetivando entender cada um das pendências que
192 envolvem os contratos com recursos da União, sejam eles lastreados nos recursos do FNHIS
193 ou não. Na ocasião, foi solicitado um levantamento sobre todas as pendências, desde a
194 apresentação ao Ministério, até a contratação, execução de obras e fase pós-ocupação. Além
195 disso, destacou que entende e concorda com as considerações dos Srs. Conselheiros, no
196 sentido de se abrir espaço para que os problemas abordados fossem apreciados, porque
197 também a Secretaria de Habitação Nacional precisa ser mais mobilizada pelas próprias
198 entidades e representações, no sentido de fazer propostas conjuntas, que não dependesse só da
199 própria atuação da Secretaria ou da Caixa Econômica Federal. Ainda sobre o assunto em



200 questão manifestaram-se os Srs. Conselheiros **Ênio Nonato (CONAM)**, **Saulo Manoel**
201 **(CMP)**, e **Sammya Cury (FNA)** que, em essência, ratificaram as palavras da **Sra.**
202 **Conselheira Thereza Neumann (FNE)**. No uso da palavra, o **Sr. Nelson Teixeira (SNH)**
203 fez um apelo para que, sem prejuízo da continuidade das discussões, os Srs. Conselheiros
204 retomassem a apreciação específica do Voto nº 001/2012. Com a concordância dos presentes,
205 o Voto foi submetido ao escrutínio dos Srs. Conselheiros, tendo sido aprovado pela maioria
206 dos presentes, registradas as abstenções da **Sra. Conselheira Thereza Neuman (FNE)** e do
207 **Sr. Conselheiro Saulo Manoel (CMP)**. Concluída a apreciação das matérias para
208 deliberação, a **Sra. Presidenta** abriu a palavra para assuntos gerais. A **Sra Conselheira**
209 **Deusdina dos Reis Pereira (CEF)** disse que a Caixa Econômica Federal está à disposição
210 para sentar e dialogar e, assim, ter uma compreensão de todo o processo que cause apreensões
211 as entidades, estados, municípios e movimentos, porque, até a presente data, sempre que
212 houve diálogo, sempre se logrou o êxito quer seja pela clarificação dos papéis, das
213 necessidades e das exigências. Ela enfatizou que necessário se faz que todos entendam o
214 porquê de algumas ações, mas também clarificar quando elas não são tão difíceis de serem
215 atendidas. Em algumas oportunidades, as dificuldades são vistas apenas do outro lado.
216 Afirmou que a CEF tem condições de tornar o processo operacional mais claro. O **Sr. Alcir**
217 **Ferreira Matos (UNMP)** manifestou a sua angústia observada em relação ao tipo de disputa
218 existente no âmbito do Conselho Gestor e, por esse motivo, ele sugeria que todos se
219 desarmassem e, juntos, promovessem um círculo de debates e troca de conhecimentos,
220 promovendo assim a construção do processo de autogestão. O **Carlos Marun (Gov.MS)**
221 registrou que veio a reunião com o objetivo de aprovar o Voto e para registrar em ata algumas
222 questões que tem angustiado o Fórum Nacional dos Secretários de Habitação. Solicitou
223 constar em Ata, a inconformidade do seu Estado pela indecisão demonstrada pelo Governo
224 Federal na divulgação da lista de projetos selecionados do Programa “Minha Casa Minha
225 Vida”. Disse ainda querer preservar o trabalho do Ministério das Cidades, que cumpriu seus
226 prazos, mesmo com dificuldade, e realizou oferta pública, assim como, a Secretaria Nacional
227 de Habitação, que promoveu a oportunidade da inscrição dos projetos no prazo estabelecido,
228 em 27 de janeiro do corrente ano. A indefinição do Governo Federal trás prejuízos ao
229 programa. São prejuízos irrecuperáveis, que serão melhorados com uma imediata divulgação
230 dessa lista, mas que os prejuízos já são realidade para mais de dois mil municípios, que
231 potencialmente serão beneficiados por esse projeto. Concluído esse ponto, o **Sr. Nelson**
232 **Teixeira (SNH)** passou aos encaminhamentos finais, a saber: agendamento de uma reunião
233 para debater, detalhadamente, os problemas de execução das ações do FNHIS fundo; a data da



234 próxima reunião estaria condicionada a verificação de disponibilidade de agenda da SNH; que
235 a próxima reunião contaria com a contribuição dos Srs. Conselheiros que desejassem trazer
236 algum caso específico para auxiliar nas discussões. Não havendo mais assuntos a serem
237 tratados e quem desejasse fazer uso da palavra, a Sra. Presidenta deu por encerrada a reunião,
238 às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, agradecendo a participação de todos. Para
239 constar, eu, Nelson Teixeira da Silva, Servidor da Secretaria Nacional de Habitação lavrei a
240 presente ata, que vai por mim assinada.

241

Brasília, 26 de março de 2012.

242

243

Nelson Teixeira da Silva
Secretário

244